

# COMUNIDADES DIASPÓRICAS E CIDADANIA GLOBAL: O PAPEL DO INTERCULTURAL

---

*Diasporic communities and global citizenship: the role of the intercultural*

*Comunidades diaspóricas y ciudadanía global: el papel del intercultural*

---

## **Mohammed Elhajji**

Doutor em Comunicação e Cultura, Professor  
Associado do PPGCOM da UFRJ  
E-mail: mohahajji@yahoo.com.br

---

## **Resumo**

O presente artigo propõe uma reflexão em torno do fenômeno migratório, diásporas e cidadania global – a partir da perspectiva dos países emissores de emigração. Do drama humano às reivindicações sociais e políticas, da negociação de pertencimentos à prática da cidadania global, o intercultural se impõe como conceito central para a compreensão das transformações sociais, políticas e culturais em curso.

**Palavras-chave:** migrações transnacionais; diásporas; intercultural; cidadania global

## **Abstract**

The following article purposes a reflection on the migratory phenomenon, the Diasporas and global citizenship – from the point of view of the countries from which emigration occurs. From the human drama to the social and political claims, from negotiation of belonging to the practice of global citizenship, the intercultural imposes itself as a central concept to understanding ongoing social, political and cultural transformations.

**Key words:** Transnational migration; Diasporas; Intercultural; Global citizenship

## **Resumen**

El presente artículo propone una reflexión a cerca del fenómeno de la migración, diásporas y ciudadanía global – desde la perspectiva de los países emissores de emigrantes. Desde el drama humano a las reivindicaciones sociales y políticas, desde la negociación de pertenimiento a las prácticas de la ciudadanía global, el intercultural se impone como concepto central para la comprensión de las mutaciones sociales, políticas y culturales.

**Palabras-clave:** Migraciones transnacionales; Diáporas; Intercultural; Ciudadania global.

## I. Introdução

O presente artigo convida a uma reflexão em torno do fenômeno migratório, diásporas e cidadania global – a partir da perspectiva dos países emissores de emigração. Além dos efeitos quantitativos que resultam do estabelecimento de redes sociais transnacionais, como as trocas comerciais e seus consequentes ganhos econômicos, a nossa análise visa destacar os aspectos qualitativos de natureza simbólica, subjetiva, discursiva e estética do fenômeno.

A emigração constitui um peso social e econômico considerável para os países de origem; mais ainda quando se trata de ‘fuga’ de profissionais qualificados, cuja formação é sobremaneira onerosa para os países em desenvolvimento. Porém, nada pode ser feito para frear a hemorrhagia; a não ser elaborar contra-estratégias capazes de converter o prejuízo em oportunidade e a ausência em presença.

As diásporas podem se tornar um trunfo no quadro político atual, mas, para tanto, é preciso reconhecer as competências do emigrante e prepará-lo a se posicionar favoravelmente no cenário global. Contexto no qual o cultural representa uma nova episteme e um novo valor de troca; e o intercultural um novo código social, indispensável para a sobrevivência e sucesso social na metrópole.

Por outro lado, o intercultural, enquanto filosofia de abertura e aceitação da diversidade, desemboca necessariamente na prática de cidadania global. Assim, emigrantes e comunidades diaspóricas se tornam agentes ativos e atores de mudanças sociais e políticas tanto no plano local como global.

## 2. A marcha do mundo

Não é mais preciso lembrar que o fato fundador da Humanidade – o início de seu processo de hominização se confunde com a história das migrações que, como sabemos, começou há, pelo menos, 70.000 anos com a saída do homo sapiens sapiens da África e seu enxameamento pelo mundo. Desde os primeiros agrupamentos e assentamentos humanos, passando pelas primeiras cidades, primeiros reinos e impérios, até a atual configuração do mundo, marcada pela divisão do planeta em estados nacionais, pelo processo de globalização e fluxos transnacionais, a marcha

da Humanidade é, literalmente, uma incessante marcha migratória.

Que seja na Antiguidade ou na Idade média, na Ásia, África ou Europa, as migrações parecem uma constante geopopulacional que, ao mesmo tempo, reflete e condiciona fatos e episódios históricos dos quais a realidade atual é tributária. A natureza do fenômeno original é a mesma, mas as suas manifestações temporais tomam formas e contornos específicos a cada época e em cada contexto social, político e econômico que o mundo atravessa.

Numa análise clássica, pode-se afirmar que as migrações se devem a motivos materiais concretos. Nos primórdios da evolução de nossa espécie, por exemplo, o nomadismo constituía o principal modo de organização social dos povos coletores e caçadores. Modo de vida que se perpetua entre vários povos indígenas, nômades da África e Ásia e até no coração da Europa moderna com os Travelers irlandeses e Roms, dentre outras populações discriminadas e perseguidas dividido, justamente, à sua inadequação ao ideal jacobino de sedentarização compulsória. Sem esquecer os eternos andarilhos, hippies e outros adeptos de sociabilidades alternativas que adotaram a mobilidade como filosofia e estilo de vida.

Em outras épocas e contextos, a mobilidade humana foi motivada por razões religiosas, de peregrinações a fuga de perseguições; políticas, como a adequação das populações ao novo desenho de países e nações no quadro dos Estados-nações; ou econômicos, ao exemplo dos movimentos populacionais que seguiram a Revolução Industrial. Fatores que continuam, certamente, fomentando, direta ou indiretamente, partes significativas dos deslocamentos humanos no mundo, mas que, isoladamente, não são mais suficientes para a compreensão da problemática na sua totalidade.

Há de considerar, no cenário atual, o conjunto dos fatos sociais, políticos, econômicos e subjetivos ligados ao fenômeno. Industrialização e urbanização de regiões importantes do globo, fim dos impérios coloniais, recrudescência dos conflitos armados, desnatalidade nos países desenvolvidos, aceleração e barateamento dos meios de transporte, inovações tecnológicas, avanço da globalização, etc.. são algumas das transformações de fundo que contribuíram para o deslocamento voluntário ou

forçado de centenas de milhões de pessoas para fora de seus países e regiões de origem.

Em todo caso, o mais importante a observar é que a questão migratória não pode mais ser separada das outras dinâmicas constitutivas das esferas social, política, econômica e cultural de nosso mundo. Ainda mais quando se considera a sua natureza ao mesmo tempo duplamente doméstica – para o país de origem e o de destino, e transnacional – ao tensionar as relações geopolíticas que conectam e opõem os países ricos, centrais e antigas metrópoles às nações menos desenvolvidas, periféricas e antigas colônias.

Narrativas inflamadas se disputam, assim, a produção de sentido em torno da questão e a legitimação ou condenação de determinadas ações e atitudes. De um lado, na ausência de propostas políticas efetivas, o racismo e xenofobia que batem recordes de audiência e, por outro lado, discursos humanistas, humanitários e igualitaristas que defendem os princípios da cidadania global e livre circulação das pessoas e ideias.

Para as análises econômicas e sociais imunes às demagogias extremistas, não há mais dúvida quanto às vantagens das migrações para os países receptores. Reposição populacional, atração de forças criativas e contribuição à seguridade social são alguns dos argumentos defendidos (OCDE, 2000). Mitos como o aumento de desemprego entre os nativos, criminalidade ou dificuldades de inserção dos recém-chegados apoiam-se, na verdade, mais em leituras parciais e tendenciosas de que em fatos e dados concretos. Até porque, na maioria das vezes, é mais fácil e conveniente culpar os mais vulneráveis de que encarar a ineficiência do sistema social, político e econômico na sua totalidade.

Sem esquecer que, no caso da Europa, por exemplo, não há como negar a contribuição dos imigrantes tanto na reconstrução do continente depois da Segunda Guerra como na própria guerra contra o nazismo. O que torna a dívida para com essa população e seus descendentes tanto moral como material; principalmente quando se considera que eles não escolheram de bom grado a sua condição, mas lhes foi imposta em decorrência do sistema colonial vigente à época.

Da perspectiva dos países do Sul, o sentimento é dubio e ambivalente. De um lado, defende-se a igualdade de direitos entre todos os cidadãos do mundo, o direito de

circulação das pessoas ao exemplo das ideias e mercadorias e, secretamente, o direito ao consumo e luxúria projetados pela mídia global. Por outro lado, denuncia-se a fuga dos cérebros, a privação das nações em desenvolvimento de seus profissionais qualificados e seu potencial criativo e, nos segmentos mais conservadores, o aliciamento dos jovens e perda das identidades nacionais tradicionais.

### 3. O fato consumado

Um ponto, todavia, é consensual entre os estudiosos e protagonistas das migrações e do processo de globalização: o fato migratório é definitivamente aceito como um fenômeno histórico incontestavelmente irreversível. Não é mais razoável imaginar o mundo sem seus fluxos humanos e simbólicos ou conjecturar sociedades monolíticas e uniformes, fundadas na unicidade e/ou exclusividade de suas origens nacionais, étnicas, religiosas ou linguísticas.

Diante essa realidade incontestada, os governos dos países avançados recorrem a manobras cada vez mais astutas. De um lado, cedem aos segmentos conservadores de seu eleitorado – recuperando os discursos reacionários e xenófobos, e endurecem as suas leis de imigração e refúgio para melhor controlar os fluxos humanos que a sua riqueza atrai. Por outro lado, articulam políticas seletivas de imigração, no afã de se beneficiar da expertise da massa cinzenta custeada por outras sociedades e remediar à sua demanda em profissionais qualificados e aos problemas gerais causados pelo envelhecimento de sua população.

Já os países emissores de emigração, confrontados às dificuldades estruturais que o sistema econômico global carrega, não dispõem da mesma margem de manobra. Como, de fato, se contrapor à força de atração dos países centrais, uma vez que seu modo de vida, midiaticamente baseado no consumismo e hedonismo excessivo (Zizek, 2003), foi imposto e continua propagado ao resto do planeta como sinônimo de bem-estar, liberdade individual e felicidade máxima? Bush não explicou os atos terroristas do 11 de setembro como “inveja de nosso estilo de vida”?

Uma viagem ao norte da África ilustra tristemente essa atração literalmente fatal. Todo dia, centenas de candidatos à emigração sentam à margem do estreito de Gibraltar que separa Marrocos da Espanha para passar horas a fio

olhando fixamente para a terra prometida / proibida, tão próxima e ao mesmo tempo distante. Mas a Europa não está apenas geograficamente 'ali', a menos de 14 quilômetros de distância. Ela também povoa seu imaginário midiático (canais de TV e rádio, música, publicidade, etc..) e seu entorno de cultura material (bebidas, roupa e tudo que o contrabando espanhol traz para traz para a costa africana). A sequência é conhecida: as pateras frágeis e superlotadas, o mar assassino e os cadáveres recolhidos do lado europeu. Alguns, porém, sobrevivem e contribuem à manutenção do sonho.

Outra via de emigração se dá de modo menos dramático: estudantes e profissionais qualificados deixam todo ano sua terra de origem para se estabelecer na antiga metrópole. Depois de se beneficiar durante anos de educação e cuidados sociais, uma vez formados e prestes a produzir e retribuir, eles preferem entregar a sua força de trabalho e seu potencial criativo ao 'estrangeiro' – deixando a conta de sua formação para a sociedade de origem pagar. Como o pobre Sul pode lutar contra essa sangria que favorece o rico Norte? Mais ainda quando se sabe que a poderosa arma do Norte é a ilusão e as imagens fantasmagóricas dele projetadas pela mídia global.

O problema se torna, assim, um verdadeiro círculo vicioso quando se atenta ao fator subjetivo e midiático do fenômeno migratório; na medida em que o acesso à instrução e à informação acarreta, quase sistematicamente, demandas e exigências sociais e subjetivas inéditas, muitas vezes incompatíveis com a realidade local. Portanto, são justamente os indivíduos e categorias sociais nos quais mais se investe em termos de formação, para suprir as necessidades nacionais em competências, que são mais propensos e suscetíveis de sucumbir ao chamado das sereias do Norte. Fato paradoxal, o desenvolvimento social pode constituir um fator de emigração e não de retenção das competências locais; ao contrário de tudo que a teoria neoclássica prega (Agier, 2012).

De fato, num mundo dominado pelo bios midiático (Sodré, 2002), a dimensão subjetiva não pode mais ser ignorada. O nosso imaginário global não se reduz mais ao seu substrato espacial local, nem se contenta de suas raízes e solo ancestrais. O imaginário, local e socialmente construído, cedeu o lugar à 'imaginação' (Appadurai, 2004); por natureza volúvel, volátil e descomprometida

com os pertencimentos impostos ao sujeito.

A subjetividade contemporânea é, não há dúvida, em grande parte produto dos agenciamentos tecno-midiáticos responsáveis pela reconfiguração do real e a instituição da mobilidade enquanto princípio estruturante de nosso modo de estar-no-mundo. Mobilidade dupla e dúbia que supera a dimensão física e espacial e a projeta na esfera imagética global, convertendo as subjetividades móveis e migrantes em migrações subjetivas – impelidas não por necessidades materiais objetivas, mas, antes, pelo desejo de realização pessoal simbólica e, justamente, subjetiva. Ou seja, antes mesmo do sujeito empreender o seu projeto de migração física e espacial, ele já se encontra psicologicamente deslocado e desterritorializado, em busca de seu lar subjetivo.

A migração se assemelha, pois, muitas vezes, a uma tentativa do corpo físico alcançar a mente errante, já inserida nos fluxos mediáticos globais; apesar dos enormes riscos do percurso culminar em frustrações e decepções. No caso específico da mobilidade das competências e do capital humano, a dimensão subjetiva adquire mais importância ainda: os mais qualificados, mais instruídos, mais criativos e mais abertos sobre o mundo são, também, os mais exigentes e mais propensos a migrar em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

#### 4. A contra-estratégia

Fica evidente, portanto, que qualquer tentativa de resistir de modo frontal ao problema será fadada ao fracasso. Medidas burocráticas impositivas não cabem mais no contexto jurídico atual e, ainda, constituem a melhor maneira de incentivar a ilegalidade e mergulhar os candidatos à emigração na precariedade. Da mesma maneira que o nacionalismo estreito e o patriotismo abstrato não oferecem a menor chance de concorrer com as promessas de liberdade, realização pessoal e gozo ininterrupto, glamorosamente propagadas pela mídia global.

O enfraquecimento dos discursos patrióticos e nacionalistas não significa, no entanto, a perda dos laços afetivos com a comunidade de origem, mas, antes, a sua acomodação ao contexto global, estruturado em redes transnacionais (reais ou virtuais) fundadas no sentimento de *philia*, de identificação voluntária, de diversidade cultural e pluripertencimentos. É, justamente, nesse sentimento de

philia que se deve apostar para a manutenção dos vínculos afetivos do emigrante com a sua comunidade e terra de origem.

Pois, se não há como impedir a sua partida, ainda é possível investir na preservação da lealdade e afeto dos emigrantes para com a comunidade de origem. O que, sem querer reduzir os laços sociais a uma operação contábil, pode garantir um excelente retorno em termos tanto materiais como simbólico. Trata-se, na verdade, de uma necessária adequação das relações comunitárias de apoio mútuo e solidariedade orgânica ao quadro social, político, econômico e tecnológico atual.

São inúmeras as experiências de frutificação do fato diaspórico em benefício da comunidade de origem. Assistimos, há várias décadas, à proliferação de ONGs, associações binacionais e iniciativas privadas, compostas ou dirigidas por emigrantes, responsáveis por ações sociais, culturais e/ou econômicas que favorecem diretamente os países ou regiões de origem. As atividades variam em sua natureza e envergadura, mas a dinâmica em si integra um processo maior de formação de redes solidárias ou afetivas transnacionais, capazes de ligar países e regiões a suas diásporas.

O potencial desse tipo de contra-estratégia já foi percebido por governos e Estados que, em invés de tentar lutar contra a emigração de seus cidadãos, (principalmente aqueles detentores de competências profissionais qualificadas), optaram por adotar políticas públicas suscetíveis de reforçar a ligação dos expatriados com a pátria-mãe. Dentre essas políticas, pode-se citar a instituição do voto consular, a representação parlamentar de residentes no estrangeiro, a dupla nacionalidade tanto para os emigrantes como para sua descendência e a elaboração de mecanismos que facilitam os trâmites administrativos e bancários à distância. No plano simbólico, pode-se destacar o apoio financeiro e moral a movimentos associativos e culturais, a organização ou subvenção de viagens culturais ao país de origem e, sobretudo, o investimento massivo em meios de comunicação transnacionais, a fim de tornar perene o contato das comunidades diaspóricas com suas raízes culturais nacionais e/ou regionais.

O objetivo de tais iniciativas não é o retorno definitivo desses migrantes, nem a exigência de lealdade ou

fidelidade exclusiva ao país de origem, mas sim o cultivo de quadros transnacionais de identificação. Sendo a noção de transnacionalidade entendida enquanto modos de organização e ação das comunidades humanas inseridas em mais de um quadro social nacional estatal, tendo referenciais culturais, territoriais e/ou linguísticos originais comuns, e conectadas através de redes sociais transnacionais que garantem algum grau de solidariedade ou identificação além das fronteiras formais de seus respectivos países de destino (ElHajji, 2012).

De fato, a mídia transnacional e comunitária das diásporas constitui um instrumento prático e eficaz para a manutenção dos laços de philia dos emigrantes, de modo a implicá-los diretamente nos processos de desenvolvimento de seu país ou região de origem. Não se trata, no entanto, de se limitar a aspectos materiais do capital migratório, tais como o envio de divisas e a transferência de experiências profissionais e de tecnologia, mas sim considerar as riquezas de ordem simbólica, valorizando e desenvolvendo as suas especificidades culturais.

A própria presença dessas comunidades nos países do Centro oferece uma oportunidade inestimável para melhorar e divulgar a imagem da sociedade e cultura de origem em nível mundial, beneficiar-se das competências desenvolvidas nas sociedades acolhedoras e favorecer a transferência de capitais materiais e simbólicos adquiridos no estrangeiro aos países e regiões de origem. Outra postura igualmente realista e inteligente é a planificação da emigração em termos de posicionamento de mercado e de valor agregado, de modo a potencializar cada vez mais esses ganhos materiais e sociais. Em vez de aceitar a emigração de seus cidadãos como uma fatalidade, países como Índia e as Filipinas souberam aproveitá-la como oportunidade de mercado, ao direcionar a formação das populações suscetíveis à emigração a ramos com alta demanda nos países mais desenvolvidos e, assim, garantir empregos de qualidade a seus futuros expatriados e otimizar o retorno deles esperado.

Tal estratégia, todavia, exige retificar a imagem tida do emigrante. Em vez de vitimizar a sua figura, é preciso avaliar suas aptidões sociais, psicológicas e econômicas. Migrar é, por si só, uma competência inigualável, uma prova irrefutável da tenacidade, espírito de iniciativa, pioneirismo e empreendedorismo do migrante. Ser capaz

de abandonar sua terra de origem, suas redes sociais e familiares, sua língua, seus usos e costumes para enfrentar uma realidade desconhecida e, frequentemente, hostil não é – convenhamos – uma empreitada anódina e ao alcance de todos.

### 5. A força do Intercultural

Longe de aderir a algum instrumentalismo teórico, a nossa abordagem busca sua fundamentação numa perspectiva que poderíamos qualificar de ‘realismo intercultural’ – o reconhecimento da interculturalidade, ao mesmo tempo, como fato histórico progressivo e irreversível e como código social cada vez mais cotado na bolsa de valores simbólicos do mundo globalizado. Num mundo coordenado, simultaneamente, pela globalização de seus fluxos humanos e simbólicos e pela ‘reethnicização’ de importantes panos de suas relações sociais e de produção, dominar os códigos e gramáticas culturais em circulação pode se revelar uma vantagem inestimável, não apenas nas negociações a caráter material, mas também no processo contínuo de luta pelo poder simbólico.

Trata-se de um fenômeno ‘pós-nacional’, inerente à realidade social e política que subtece o mundo contemporâneo, marcado pela inadequação, doravante estrutural, entre os planos nacional-estatal e cultural-identitário. Diásporas, pluripertencimentos, diversidade cultural e identitária são elementos presentes no dia-a-dia contemporâneo global. Basta passear pelas grandes metrópoles para constatar ‘de visu’ a multiplicidade das origens reais e identificações imaginárias de seus habitantes.

Assim, a utilização do cultural como nova episteme global e moeda de troca no mercado da diversidade é um fenômeno hoje exacerbado pelo fato transcultural – traço constitutivo da realidade global mundial, resultado da interconexão dos diferentes espaços culturais do mundo e da intensificação dos fluxos e refluxos de grupos e indivíduos marcados pelo pluripertencimento. Paralelamente, a aprendizagem multicultural adquirida pelas minorias culturais, étnicas ou nacionais dentro de suas sociedades globais, por exemplo, é rapidamente transferida aos países e regiões de origem para compor um novo argumentário nas negociações sociais e luta pelo poder simbólico local.

Daí todo o valor estratégico para os países em desenvolvimento estarem presentes e representados, através da sociedade civil, nas metrópoles – centros de formulação de decisões políticas de alcance mundial e de concepção, formatação e circulação de discursos éticos e estéticos que vão contaminar todo o imaginário transnacional e contribuir na determinação da imagem reservada a nações, grupos e comunidades no cenário global. Lembrando, mais uma vez, que o simbólico e o material não podem mais ser dissociados ou inscritos em registros separados, mas sim considerados como modalidades complementares do mesmo jogo global.

Além de inserir seus países e regiões de origem enquanto atores e agentes na arena de luta pelo poder simbólico mundial, as diásporas ainda contribuem na efetivação dos princípios de cidadania global. De fato, pela sua condição transnacional, as comunidades diaspóricas aprendem a negociar seus direitos e defender suas reivindicações a partir de referenciais jurídicos e filosóficos de matriz humanista que supera as especificidades nacionais e regionais. Já que nem o pertencimento original nem a identificação de adoção são vividos com fatalismo e resignação, mas sim ‘elaborados’ enquanto opções voluntárias fundadas na *philia* consentida e não na obediência automática.

A cidadania deve ser entendida como tomada de consciência histórica de si, ação proativa, crítica e reivindicativa – diferentemente do ato de consumo que, mesmo que possa ser criativo e inventivo, não tem o mesmo horizonte de construção de um projeto político e social para além do espaço e do tempo imediatos. Assim, a cidadania global ou transnacional ultrapassa a ordem social, econômica e política tradicional para se afirmar enquanto atitude ética que transborda o local sem negá-lo, mas sim o entrelaçando com o nacional, o regional e o global. Situa o global dentro do local e o local dentro do global, sem buscar livrar-se de um ou outro, mas sim relendo o local e o nacional dentro de uma perspectiva global e transnacional.

A ideia de cidadania global não pode, por outro lado, ser separada do fenômeno migratório transnacional e da intensificação das trocas simbólicas facilitadas pelas TICs, base material de uma nova esfera pública, naturalmente transnacional. O exercício empírico e cotidiano da cidadania global por parte dos imigrantes se verifica pelo recurso contínuo às TICs para informar, se informar, mobilizar e se

mobilizar em torno de causas ou questões tanto locais quanto transnacionais, o que atesta sua capacidade de inserção nas diferentes redes sociais e políticas, ao mesmo tempo locais e transnacionais.

Não que a cidadania global seja redutível à prática comunicativa, mas há de reconhecer que ela não pode ser dissociada das redes sociais portadoras de instrumentos tecno-subjetivos de solidariedade transnacional. Trata-se de uma nova forma de cidadania que adota a totalidade do globo como campo de interesse e ação, articulando o macro com o micropolitico e conjugando as reivindicações globais a ações diretas e localizadas. Suas preocupações são altamente ecléticas, indo do político ao social e cultural, passando pelo meio-ambiente, questões de gênero, etc.. O que a legitima enquanto nova estratégia discursiva de resistência à lógica de exclusão que se encontra na raiz do atual sistema social e político global.

#### **Referências bibliográficas :**

AGIER, M. *La Condition cosmopolite : L'anthropologie à l'épreuve du piège identitaire*. Paris : La Découverte, 2012.  
 ELHAJJI, M. Mapas subjetivos de um mundo em movimento: migrações, mídia étnica e identidades transnacionais. In: Maia, J. e Helal, C. (Orgs.). *Comunicação, arte e cultura na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.  
 OCDE. *Mondialisation, migrations et développement*. Paris: OCDE, 2000.  
 SODRÉ, M. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.  
 Zizek, S. *Bem-vindo ao deserto do Real!*. São Paulo: Boitempo, 2003.

#### **Outras publicações do autor:**

ELHAJJI, M. *Le culte à la culture: Évolution, révolution et régression*. In : Fred Dervin. (Org.). *Le concept de culture: comprendre et maîtriser ses détournements et manipulations*. Paris: L'Harmattan, 2013.  
 ELHAJJI, M. *De l'appartenance transnationale à la citoyenneté globale: Migrations, TIC et possibilités de contribution au développement social des pays d'origine*. In: Jean-Crépin Soter Nyamsi. (Org.). *L'Afrique et son*

*développement: réalités complexes et nouveaux enjeux, dans un monde en transformation*. Paris: L'Harmattan, 2013.

ELHAJJI, M. *Les radios communautaires à l'ère des nouvelles technologies : de l'impératif de se réinventer pour perdurer*. *Les Enjeux de l'Information et de la Communication*, n°14/1, 2013.

<URL : [http://w3.u-grenoble3.fr/les\\_enjeux/2013/Elhajji/index.html](http://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2013/Elhajji/index.html)>

ELHAJJI, M. . *La diaspora maghrébine à Montréal face aux aléas de l'interculturel: le rôle des médias locaux, transnationaux et communautaires*. *Revista Româna de Comunicare si Relatii Publice*, v. 14, 2012.

ELHAJJI, M. *Migrações internacionais, fuga das mentes e corrida dos cérebros: custos materiais, benefícios simbólicos e dúvidas existenciais*. In: Araújo, E.; Fontes, M.; Bento, S. (Orgs.). *Para um debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho, 2013.